

A EDUCAÇÃO NA LÓGICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO

Eliane Valinho¹

Ana Paula Lettieri²

Bianca Gonçalves³

Ludmila da Matta⁴

Grupo de trabalho: ST2. Desenvolvimento, Trabalho e Educação: mudanças no mercado de trabalho frente às novas dinâmicas econômicas; escolaridade e qualidade da educação; estrutura ocupacional; emprego e desemprego; trabalho e economia solidária, saúde e trabalho.

Resumo

O presente artigo se dedica a problematizar a relação entre a educação profissional e o mercado de trabalho. Discute as relações entre trabalho e educação na medida em que foca a problemática da formação profissional e as demandas de qualificação para o mercado de trabalho. Tendo como cenário a sociedade capitalista, busca analisar a influência nas formas de organização técnica da produção e colocados à educação no intuito de investigar, identificar e problematizar seus impactos na formação profissional dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo. A metodologia utilizada consiste na revisão de literatura e na análise de dados secundários. Os resultados apontam para a importância da problematização entre a relação trabalho e educação e demonstram que a formação utilitarista tem sobreposto uma formação humanizadora, capaz de não só formar trabalhadores mas formar cidadãos.

Palavras-chave: Educação Profissional. Mercado de Trabalho. Formação.

¹ Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes-Campos. E-mail: eliane_valinho@hotmail.com

² Aluna do Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes-Campos. E-mail: anapaula_lettieri@yahoo.com.br

³ Aluna do Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes-Campos. E-mail: biancasgoncalves@hotmail.com

⁴ Professora do Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes-Campos. E-mail: ludmatta@yahoo.com.br

Introdução

Este estudo busca analisar a relação entre educação profissional e mercado de trabalho. Traz um assunto de grande relevância para a área de planejamento urbano, em virtude do montante de recursos movimentados na educação profissional, das metas a serem atingidas e dos desafios que envolvem a inserção dos jovens no mercado de trabalho (OCDE, 2010; Ryan, 2001).

Durante as últimas décadas, as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento vêm sofrendo profundas transformações. Essas transformações estão associadas a um processo de reestruturação das formas de organização do capital em nível internacional, sob a influência da ordem político-econômica neoliberal. Diante da concretização das cadeias produtivas globais, que envolvem transnacionalização das empresas e integração dos mercados, há uma nova dinâmica na lógica capitalista.

Para Harvey (2011), o sistema capitalista é orientado para a expansão e a acumulação. Nesse contexto, as empresas capitalistas estão sempre em busca de novos mercados, redefinindo os espaços e as formas de relação com a natureza, tendo como primeiro objetivo realizar o melhor e mais eficiente controle do capital sobre a produção do valor. O resultado é o que ele chama de "compressão do tempo-espaço", isto é, um mundo onde o capital se move cada vez mais rápido e as distâncias são compactadas.

O capitalismo consiste em um modo de produção voltado para a acumulação e o lucro, sendo, para tanto, necessária a sua contínua expansão e inovação. Para Harvey (2011, p.41), "o capital não é uma coisa, mas um processo em que o dinheiro é perpetuamente enviado em busca de mais dinheiro", sendo inerentemente contraditório e com evolução de maneira aparentemente incontrolável.

Para se entender o fluxo do capital e a sua influência no mercado de trabalho, torna-se fundamental compreender a dinâmica evolutiva da acumulação capitalista fundamentalmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando se tem a Primeira Revolução Industrial e passa a ser predominante o capital industrial ou de produção.

Para Harvey (2011), são elementos determinantes da nova lógica do capitalismo um capital voltado para a acumulação, fundado na exploração do trabalho humano e no dinamismo tecnológico. Altamente dinâmico, abrange hábitos, práticas políticas e as mais diversas culturas, sendo um modo de reprodução social destrutivo. Para ele, cabe ao Estado sanar as falhas do mercado e evitar a concentração de poder, oferecendo bens coletivos que o mercado não oferece.

Do ponto de vista da gestão da força de trabalho, é importante destacar que as inovações técnicas/organizacionais geram a mudança de um modelo baseado no uso extensivo de força de trabalho semiqualficada para outro baseado no uso intensivo de força de trabalho qualificada, polivalente e cooperativa, em uma realidade de mais-valia relativa.

Na mais-valia absoluta, o aumento da produção em decorrência do aumento do tempo de trabalho realizado não implica qualquer alteração na qualificação dos trabalhadores. Situação bem diferente é a da exploração a partir dos mecanismos da mais-valia relativa. Nesse caso, o aumento do tempo de trabalho excedente é obtido por meio da diminuição do valor incorporado nos bens e serviços consumidos pelos trabalhadores, o que permite a redução do tempo necessário destinado à sua reprodução, ampliando-se, portanto, o tempo de trabalho excedente. Mas, para diminuir o valor incorporado nesses bens e serviços, é fundamental introduzir inovações tecnológicas nos setores que os produzem, o que implica remodelações também nas empresas que lhes fornecem maquinário e matérias-primas, serviços de manutenção e infraestrutura em geral, como energia, meios de transporte e comunicação, entre outros. Isso significa que é preciso haver inovações em cadeia para que os ganhos de produtividade se efetivem.

Trata-se, portanto, de introduzir remodelações técnicas e organizacionais gerais que permitam o crescimento do número de bens e serviços produzidos numa mesma fração de tempo, diminuindo, conseqüentemente, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada unidade, desencadeando o aumento da produtividade. Ou seja, esse aumento diz respeito à elevação da quantidade de bens e serviços produzidos numa mesma fração de tempo, enquanto o aumento da produção se limita a uma ampliação de unidades produzidas apenas porque houve uma elevação correspondente do tempo trabalhado (BRUNO, 2001).

Com as alterações processadas no mundo do trabalho a partir das novas formas de organização e gestão, as formas tradicionais de educação profissional, baseadas no paradigma taylorista/fordista, vão se tornando historicamente superadas (KUENZER, 2000).

A formação em nível técnico, neste contexto, é um elo entre o homem da ciência e o trabalhador, atuando como um funcionário intermediário dentro da empresa capitalista. A grande maioria dos técnicos industriais desempenha funções de coordenação e supervisão (MACHADO, 1989).

Na medida em que a educação não é alheia às transformações que se processam no modo de produção capitalista e tende a ajustar-se às exigências demandadas pelo mercado, há a tendência dos modelos e propostas pedagógicas se moldarem para acompanhar a evolução das tecnologias e das novas formas de organização da produção. Esse contexto enseja algumas reflexões que serão desenvolvidas a seguir.

Educação profissional: conceitos e estudos

A educação técnica e profissionalizante (ETP) busca desenvolver habilidades mais práticas e diretamente envolvidas com uma ocupação (ou grupo de ocupações) específica. Por outro lado, a educação regular desenvolve habilidades em uma gama maior de disciplinas de forma mais conceitual e abstrata.

No Brasil, a educação técnica e profissional pode ser dividida em três grandes grupos, conforme prevê o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta as diretrizes nacionais para a educação profissional: i) qualificação profissional: cursos de formação para o exercício de uma atividade profissional, os quais se propõem a qualificar o profissional para o trabalho, não tendo o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade, conferindo apenas certificado de participação; ii) curso técnico de nível médio: curso de nível médio regido por legislação própria e diretriz curricular específica, só podendo ser ministrado por escola devidamente credenciada pelo poder público, conferindo diploma de técnico oferecido em três modalidades: integrada, quando disciplinas do modelo tradicional e técnico são integradas em um mesmo currículo e matrícula; concomitante, o curso técnico é realizado em paralelo ao tradicional, mas sem integração dos currículos, ou seja, o aluno possui duas

matrículas; e subsequente, quando o estudante já concluiu o ensino médio e dá continuidade aos estudos com o ensino técnico; iii) graduação tecnológica: curso de nível superior, que tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio, conferindo diploma de tecnólogo.

No que diz respeito ao Ensino Médio, a reforma proposta no ano de 2013, a qual propunha instituir a jornada integral, organizar os currículos por áreas de conhecimento e alterar alguns artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, foi consolidada em 2017 através da Lei nº 13.415, em meio a um cenário composto por opiniões bastante distintas.

De acordo com o Art. 35-A da Lei nº 13.415/2017, § 7º:

Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (BRASIL, 2017)

Nesse sentido, em uma leitura inicial, a referida legislação demonstra preocupação com a formação completa do indivíduo, direcionada não apenas ao atendimento das demandas do mercado de trabalho mas ao desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas a aspectos mais amplos, como, por exemplo, o senso crítico.

Porém essa percepção inicial de valorização integral do ser humano se modifica bastante ao observarmos o §8º do Art. 35-A da Lei nº 13.415/2017, o qual afirma que:

§ 8º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem (BRASIL, 2017).

O referido artigo discrimina quais expectativas o aluno do ensino médio deveria cumprir para ser considerado “integralmente formado”, demonstrando, mesmo diante das reformas propostas, uma visão ainda reducionista, que deixa claro que os desafios de se desenvolver no país uma educação transformadora e libertadora persistem.

As habilidades desenvolvidas na ETP facilitariam a entrada no mercado de trabalho, tendendo, todavia, a se tornarem obsoletas mais rapidamente (HANUSHEK ET AL, 2011; KRUEGER e KUMAR, 2004).

Esse debate ganha acentuada importância, pois gera contraposição entre o sistema norte americano, cuja educação secundária tem viés generalista, e o sistema europeu, cuja educação secundária tem viés profissional. A Alemanha é, provavelmente, o maior exemplo de sistema voltado para a ETP.

Hanushek *et al* (2011) utilizaram uma base de dados organizada pela OCDE, que contempla informações dos 18 países membros entre 1994 e 1998. Os autores utilizaram o método de diferenças em diferenças com efeito fixo para o país, mas não entre os indivíduos, e centraram a análise na variação dos retornos relativos entre educação técnica e tradicional ao longo do tempo. Eles diagnosticaram que os eventuais benefícios iniciais da ETP vão se perdendo ao longo do ciclo de vida profissional dos indivíduos.

No Brasil, há relativamente poucos estudos que apresentam estimativas de impacto de cursos técnicos de ensino médio sobre o mercado de trabalho. O trabalho pioneiro foi de Castro (1979)⁵, que encontrou impacto entre 12% e 24% no salário de quem estudou em cursos no SENAI. Posteriormente, Arriagada e Ziderman (1992), utilizando dados do Censo de 1980, estimaram impacto entre 16% e 27% da educação profissional nos salários.

Severnini e Orellano (2010), utilizando dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), realizada em 1996, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontraram impacto positivo dos cursos técnicos de nível médio sobre a participação no mercado de trabalho; no entanto, não houve impacto nos salários⁶.

Neri (2010) utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD (2008) para estimar o impacto da educação técnica de nível médio sobre o mercado de trabalho. Apesar de não ter encontrado impacto sobre a taxa de ocupação, o estudo indicou aumento na probabilidade de ter emprego formal (45%) e de efeito positivo sobre salários (15%).

⁵ Esse foi o trabalho mais antigo localizado pelas autoras.

⁶ O trabalho também encontrou impacto positivo de 37% nos salários de quem fez curso profissionalizante de nível básico e impacto negativo (- 27%) para cursos tecnólogos de nível superior.

Dados da PNAD mostram que os jovens possuem algumas desvantagens no mercado de trabalho. Em 2012, a taxa de desemprego de jovens entre 15 e 24 anos era de 14,6%, mais de três vezes maior do que a observada entre os adultos de 25 a 49 anos, que foi de 4,8%. As demissões também são maiores entre os trabalhadores mais novos. Como Corseuil *et al* (2013) mostram, utilizando dados do Ministério do Trabalho, a proporção de desligamentos por iniciativa das firmas é de 59% entre os jovens e de 47% entre os adultos⁷.

Na Europa, região fortemente afetada pela crise de 2008, a taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos de idade, entre 2008 e 2010, subiu de 5% para 21%, enquanto, entre os adultos de 25 a 74 anos, esse indicador foi de 6% para 8% (PIOPIUNIK e RYAN, 2012). Essa situação pode ser explicada, ao menos em parte, pela pouca experiência (que dificulta a entrada no mercado ou em um emprego em particular) e pela falta de informação sobre suas reais habilidades e interesses (o que dificulta um bom *matching*, impulsionando a rotatividade) dos jovens profissionais.

Uma questão que vem sendo amplamente discutida para melhorar a situação dos jovens no mercado de trabalho é o desenvolvimento da educação técnica e profissional (ETP). Segundo a OCDE (2010)⁸, a educação vocacional e o treinamento podem ser muito importantes para o bom funcionamento do mercado de trabalho, uma vez que prepara os mais jovens, aprimora o conjunto de habilidade dos adultos e, em última instância, pode suprir as necessidades de demanda por trabalho específico por parte das empresas.

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 85).

⁷Dados da RAIS de 2010.

⁸A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) publicou uma série de trabalhos com foco no sistema de educação técnica e profissional para 17 países. O documento-síntese do estudo foi publicado em 2010.

Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca esgotar a elas. (PACHECO, 2012, p. 67).

Há evidências de que países com sistemas educacionais mais calcados no ensino técnico e profissional apresentem taxas de desemprego para os jovens inferiores a de países com o sistema educacional generalista (tradicional) (Ryan, 2001).

A Reforma da Educação Profissional (REP), implementada durante a década de 1990, esteve assentada em um discurso que vincula a necessidade urgente de adequação dos diferentes países às transformações ocorridas nos setores produtivos e de serviços, tendo em vista o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho e a introdução de tecnologias modernas, que se baseiam principalmente no desenvolvimento da microeletrônica. A grande inspiração para sua elaboração foram os documentos do Banco Mundial (BM), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos setores produtivos mundiais (LIMA FILHO, 2003).

A resposta das reformas educativas da década de 1990 é a pedagogia das competências e estruturas de formação flexíveis, que preparam o indivíduo não mais para o emprego, mas para a empregabilidade. Não é por acaso que a noção de competência surge nos meios empresariais e é incorporada na educação sob o propósito de conectá-la aos desafios das instabilidades do mercado de trabalho. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2008, p. 09).

Nessa perspectiva, a educação profissional é considerada de modo utilitarista, sendo que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes a serem desenvolvidos devem ser definidos pela sua utilidade ao desenvolvimento de capacidades de trabalho requeridas pelo mercado.

A massificação, portanto, resulta da ação do capital para reduzir os processos formativos às exigências estritas da reprodução do capital, daí muitas vezes suscitar a apatia dos estudantes ou sua revolta contra os sistemas de ensino. (BRUNO, 2011, p.551)

Ser qualificado é, na perspectiva do capital, possuir algum tipo de capacidade de trabalho passível de ser utilizada na produção de valor, de mais-valia. (BRUNO, 2011, p.556)

É necessário considerar a dimensão política da educação, tanto na sua forma de controle do capital sobre a reprodução da força de trabalho global,

quanto na forma das resistências e lutas dos estudantes e professores a esse controle e as formas por ele assumidas. (BRUNO, 2011, p.562)

Breve diagnóstico sobre o atual cenário do mercado de trabalho

Para o diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Rafael Lucchesi, a educação profissional abre as portas do mercado de trabalho para os jovens e é um atalho para quem quer avançar na carreira.

As 21 profissões técnicas mais demandadas pela indústria têm o salário médio inicial de R\$ 2 mil. Os profissionais dessas áreas com mais de 10 anos de carreira podem ganhar até R\$ 5,7 mil. Isso é uma clara demonstração de que a educação profissional tem um verdadeiro sentido de mobilidade social.(LUCCHESI,p.1, 2018)

Apenas 6,6% dos jovens brasileiros estão matriculados em cursos de educação profissional. O percentual é muito inferior à média dos países industrializados, onde, conforme dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 35% dos jovens optam pela educação profissional. Na Alemanha e na Finlândia, cerca de 50% dos jovens fazem cursos técnicos e na França 58%.

Segundo Lucchesi, “atualmente, temos 24 milhões de jovens no Brasil, dos quais apenas quatro milhões vão para a universidade. Precisamos avançar na inclusão do jovem no ensino profissional.” (2018, p.1)

Pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) confirmam que a escassez de mão de obra qualificada está entre os principais problemas das empresas brasileiras. Conforme a Sondagem Industrial, a falta de trabalhador qualificado foi o quinto principal problema enfrentado pelos empresários no primeiro trimestre de 2013.

De acordo com o Mapa do Trabalho Industrial, entre 2012 e 2015, a indústria brasileira precisou de 7,2 milhões de profissionais com formação técnica e profissionalizante. E do total, 1,1 milhão foram vagas para jovens em busca do primeiro emprego. Em comparação com o estudo de 2008, houve aumento de 24% na demanda por profissionais qualificados – a necessidade apontada para o período 2008-2011 foi de 5,8 milhões. Essa pesquisa mostra que a demanda pela capacitação de 7,2 milhões de profissionais estará distribuída em 177 ocupações diferentes. São profissões procuradas, principalmente, pela indústria de alimentos,

têxtil, automotiva, da construção civil, eletrônica, entre outros setores. A necessidade vai desde formações de média qualificação, como operadores de máquinas pesadas e mecânicos de manutenção de máquinas industriais e de veículos automotores, até cursos que exigem mais tempo de preparação, como técnicos de controle de produção e em eletrônica.

No que diz respeito à empregabilidade dessas pessoas, um outro estudo do SENAI mostrou que um ano depois de obterem o diploma, os trabalhadores de nível técnico formados na Instituição conseguem aumentar sua renda em 24%. O levantamento acompanhou metade das quase 40 mil que terminaram os cursos em 2010. Desse total, 72% conseguem trabalho no primeiro ano depois de se formarem. Esses alcançaram renda média de 2,6 salários mínimos, cerca de R\$ 1,6 mil, na época. Os que atuam em áreas relacionadas à de formação são 73% dos que estão ocupados. A renda média deles é 19% maior que os ocupados em outras áreas.

Na Alemanha, cerca da metade dos jovens, após concluir o equivalente ao ensino fundamental no Brasil, aprende um dos 350 ofícios reconhecidos pelo Estado por meio do sistema dual, que combina atividades na escola e na empresa. Ao longo da semana, o estudante passa três ou quatro dias como aprendiz em uma empresa. Nos demais dias - um ou dois - tem aulas teóricas específicas na escola profissionalizante. O curso pode durar de dois a três anos e meio, conforme a profissão escolhida pelo jovem. De acordo com o Centro de Informações do Governo Alemão, a formação é financiada pelas empresas, que pagam uma remuneração aos aprendizes, e pelo Estado, responsável pelos custos da escola profissionalizante. No total, 500 mil firmas, o serviço público e profissionais liberais oferecem formação profissionalizante para os jovens. Mais de 80% das vagas são oferecidas por médias e pequenas empresas. Graças a este sistema, a porcentagem de jovens de 15 e 19 anos desempregados ou sem vaga num curso profissionalizante é de 4,2 % naquele país.

A união de teoria e prática garante a alta qualificação dos artesãos e operários alemães. Essa formação é também o portão de entrada para uma carreira, indo do aperfeiçoamento profissional até a obtenção do certificado de mestre de ofício. Uma novidade na Alemanha é a possibilidade de, por meio de cursos de

especialização, se qualificar até concluir um curso de master em uma escola superior.

Considerações Finais

A partir das reflexões trazidas neste trabalho, permanece a reflexão: qual tipo de educação profissional estamos praticando no Brasil: formação humana ou para o mercado?

A formação de sujeitos sociais plenos, bem como os objetivos da educação em seu sentido social, político e pedagógico de formação para a cidadania não devem se restringir às necessidades imediatas de qualificação profissional impostas pelo mercado de trabalho.

Vale lembrar que a LDB, em seu artigo 39, determina que a educação profissional deve conduzir o cidadão "ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva", intimamente integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Vê-se, portanto, que o debate sobre trabalho e educação é essencial para a compreensão do perfil do trabalhador no contexto atual.

De acordo com Mészáros (2005), educar não é mera transferência de conhecimentos, mas conscientização e testemunho de vida. Para o autor, "os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados" (MÉSZÁROS, 2005).

Nessa perspectiva, é preciso coibir uma formação utilitarista, incapaz de ser emancipatória e transformadora.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ARRIAGADA, A. M.; ZIDERMAN, A. Vocational Education, Occupational Choice and Labour Market Earnings in Brazil. **World Bank**, Population and Human Resources Department, n. 1037, 1992.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação, 1996.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set.-dez. 2011.

CASTRO, C. M. Vocational Education and the Training of Industrial Labour in Brazil. **International Labour Review**, v. 118, n. 5, 1979.

CORSEUIL, C. H., FOGUEL, M.; GONZAGA, G.; RIBEIRO, E. P. A Rotatividade dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal Brasileiro. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, n. 18, 2013.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Educação Profissional e Desenvolvimento. **Revista Pedagógica Cotidiano Resignificado**, v. 2, p. 39-62, 2008.

FRIGOTTO, G. A gênese do decreto n.5.154/2004. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (Org). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/252/boltec252c.htm>. 1999>. Acesso em: 19 abr. de 2018.

HANUSHEK, E. A., WOESSMANN, L.; ZHANG, L. General Education, Vocational Education, and Labor-Market Outcomes Over the Life Cycle. **NBER Working Paper Series**, n. 17504, 2011.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 224p.

KRUEGER, D.; KUMAR, K. Skill-Specific Rather Than General Education: A Reason for US-Europe Growth Differences? **Journal of Economic Growth**, n. 9, 2004.

KUENZER, A. Z. **Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/252/boltec252b.htm>.2003>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Ensino médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCCHESI, Rafael. Educação profissional facilita ingresso no mercado de trabalho. **Agência de notícias CNI**, São Paulo, 6 de Julho de 2013. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/agenciacni/noticias/2013/07/educacao-profissional-facilita-ingresso-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: maio 2018.

MACHADO, L. R. S. **Educação e divisão social do trabalho:** contribuições para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

MÉSZÁROS, I. **Educação Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo. 2005.

NERI, M. **A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

OCDE (2010). **Learning for Jobs.** Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/education/learning-for-jobs_9789264087460-en>. Acesso em: 24 abr. 2018.

PACHECO, E. (Org). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio:** propostas de diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.

PIOPIUNIK, M.; RYAN, P. Improving the transition between education/training and the labour market: what can we learn from various national approaches? **Analytical Report**, n. 13, 2012.

RYAN, P. The school-to-work transition: a cross-national perspective. **Journal of Economic Literature**, v. 39, n. 1, 2001.

SEVERNINI, E. R.; ORELLANO, V. I. F. O Efeito do Ensino Profissionalizante sobre a Probabilidade de Inserção no Mercado de Trabalho e sobre a Renda no Período Pré- PLANFOR. **Revista Economia**, n. 11, 2010.